



Instituto dos Advogados Brasileiros

Av. Marechal Câmara, 210, 5º andar Tels.: (21) 2240-3921 / 2240-3173- 20020 -080

www.iabnacional.org.br briab@iabnacional.org.br

Indicação 014/2023

Exm. Sr. Dr. Sydney Sanches
Presidente do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Palavras Chave: Emenda 54 à MP 1.154/23^{1 2}

Submeto a exame e crivo deste E. Plenário a autorização para que o Instituto dos Advogados Brasileiros emitir parecer sobre o impacto da Emenda 54 à Medida Provisória nº 1.154/23 apresentado pelo Deputado Federal Danilo Forte (União – CE).

A respectiva Emenda 54 visa transferir a competência normativa das Agências Reguladoras Federais para Conselhos externos que serão compostos por (i) membros do Ministério em que a agência reguladora estará vinculada; (ii) membros da própria agência reguladora, (iii) membros dos setores regulados, (iv) membros da academia; e (v) consumidores.

Esses conselhos externos passariam a atuar nas funções de regulação, deslegalização e edição de atos normativos, o que pode trazer infralegais.

A proposta do deputado Danilo Forte enfatiza ainda que as decisões inerentes à atividade de contencioso administrativo das agências serão de competência exclusiva de órgão administrativo julgador independente, com garantia de duplo grau de jurisdição e o direito à ampla defesa e contraditório.

A justificativa apresentada pelo Deputado Danilo Forte é "Regular, deslegalizar e editar atos normativos infralegais, ou seja, toda a atividade normativa, terá' que haver a interação entre representantes do Ministério, das Agências, dos setores regulados da atividade econômica, da academia e dos consumidores, garantindo o controle e a vigilância de um poder sobre o outro em relação ao cumprimento dos deveres constitucionais."

O ponto de conflito está exatamente na discussão se a atuação das agências reguladoras está usurpando a competência legislativa do Poder Legislativo e Executivo, como defendido pelo Referido deputado e por juristas renomados como Celso Antonio e marçal Justen Filho sob o argumento de

¹ <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9252819&ts=1678813381693&disposition=inline&ts=1678813381693>

² <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/155651>

que a regulamentação das agências reguladoras viola o princípio da legalidade e o princípio da separação dos poderes, uma vez que apenas a lei pode criar direitos e deveres (e não um ato administrativo do poder executivo), ou não, como é defendido pela corrente majoritária que sustenta que o poder normativo das agências reguladoras é decorrente da própria legislação que as instituíram.

Daí porque, não é verdade que as agências reguladoras estão usurpando a competência legislativa do Poder Legislativo. O poder normativo das agências não se confunde com o poder legislativo do Poder Legislativo. Em verdade, se complementam, já que as normas editadas pelos órgãos reguladores são, em sua maioria, de caráter técnico e, deste modo, se afastam do viés político.

Deve ainda ser enfrentado se a mudança proposta na verdade não fará com que as agências reguladoras sejam apropriadas por poderes políticos e assim se dirvirtuar de sua própria função, qual seja garantia de um serviço de qualidade, a um preço módico para a população brasileira.

Ainda não há apresentação de análise do IAB sobre a temática que é de interesse de toda a sociedade a qual pode ser impactada nos serviços que atualmente são regulados e fiscalizados pelas agências reguladoras.

Considerando que é necessário verificar os impactos da Emenda 54 à Medida Provisória nº 1.154/23, rogo para que esse Plenário autorize a emissão do parecer.

Espera deferimento.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2023.

Ilan Leibel Swartzman